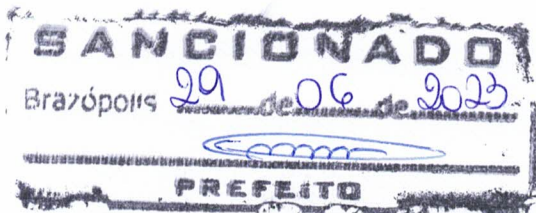




MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Lei 1401 de 29 de junho de 2023

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2024 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei Orgânica Municipal as diretrizes orçamentárias do Município para 2024, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VI – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Constituem prioridades e metas da administração pública municipal a serem priorizadas na proposta orçamentária para 2024, em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição da República, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária para 2024, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, as metas fiscais determinadas nos anexos que compõem essa lei.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II – Atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;





MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



III – Projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e,

IV – Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º - O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme, a seguir, discriminados:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – juros e encargos da dívida;
- III – outras despesas correntes;
- IV – investimentos;
- V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição; e,
- VI – amortização da dívida.

Art. 5º - O orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias, inclusive especiais, e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 6º - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I – à concessão de subvenções sociais e econômicas;
- II – ao pagamento de precatórios judiciais, e,
- III – as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, e a respectiva lei, será constituído de:



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



- I – mensagem;
- I – texto da lei;
- II – quadros orçamentários consolidados;
- III – anexos do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV – discriminação da legislação da receita.

§ 1º - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I – evolução da receita segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição da República;

II – evolução da despesa segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III – resumo das receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

IV – resumo das despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

V – receita e despesa, do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964;

VI – receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320/1964;

VII – despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa;

VIII – despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;

IX – programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição da República, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

X – programação referente às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

Art. 8º - O Poder Legislativo do Município e o Regime Próprio de Previdência encaminharão ao Poder Executivo, até 31 de julho de 2023, suas respectivas propostas orçamentárias, através de ofício, para fins de consolidação no projeto de lei orçamentária do Município.

Art. 9º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO III



DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 10 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2024 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único - Serão divulgados na Internet, ao menos:

I – pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:

- a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- b) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;

Art. 11 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2024 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário.

Art. 12 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2022/2025, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 13 - O Poder Legislativo terá como limite das despesas correntes e de capital em 2024, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

Art. 14 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

Art. 16 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101 de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II do *caput* do art. 36 desta Lei.



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 17 - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com:

I – celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II – sindicatos, clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

III – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmado com órgãos ou entidades de direito público ou privado;

Art. 18 - Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito correspondente ao montante da despesa de capital.

Art. 19 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II – sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

IV – sejam declaradas de utilidade pública pelo Município.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 20 - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios e/ou contribuições" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas em um dos seguintes Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social;



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



III – Associações microrregionais;

IV - Consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública, e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

V – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Parágrafo único - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, revendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente, exceto no caso do inciso III do *caput* deste artigo; e,

III – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 21 - A execução das ações de que tratam os arts. 19 e 20 fica condicionada à autorização específica exigida pelo *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 22 - A proposta orçamentária deverá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, cinco por cento da receita corrente líquida.

Art. 23 - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados, na lei orçamentária, serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 4º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Poder Legislativo por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 5º - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

§ 6º - A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado ao novo órgão.

§ 7º - A lei orçamentária será detalhada até a modalidade de aplicação e a criação de elemento de despesa, desde que não haja novos programas e/ou ações, será realizada por meio de ato administrativo.

§ 8º - O remanejamento de fontes não impactará o limite percentual de suplementação autorizado na Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24 - O Poder Executivo fará publicar até 31 de agosto de 2023, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 25 - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de 2023, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos federais.

Parágrafo único. Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no *caput* constarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26 - Para efeito de cálculo dos limites de despesa total com pessoal, por Poder e órgão, previstos na Lei Complementar 101/2000, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme previsto no § 2º do art. 59 da citada Lei Complementar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre ou semestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida.

Art. 27. No exercício de 2024, observado o disposto no art. 169 da Constituição da República, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – existirem cargos vagos a preencher;



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III – for observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição da República, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, constantes de anexo específico do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 29 - No exercício de 2024, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento do limite referido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, exceto nos casos previstos na lei orgânica do município, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência da Secretaria de Administração.

Art. 30 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam assessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

Art 31 - No mês de janeiro, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais deverá ser empenhada por estimativa para todo o exercício, observado o limite da dotação constante da Lei Orçamentária.

§ 1º Na estimativa de que trata o “*caput*”, é vedada a inclusão de qualquer despesa que não seja com a folha normal.

§ 2º Para efeito deste artigo, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de referência, décimo terceiro salário, férias, abono de férias e outras vantagens pecuniárias, previstas na Lei Orçamentária.



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



§ 3º - O pagamento de despesas não previstos na folha normal somente poderá ser efetuado em folha complementar, condicionado à existência de prévia e suficiente dotação orçamentária.

Art 32 - As dotações remanescentes da aplicação do disposto no artigo anterior, identificado pela Secretaria da Fazenda, poderão ser remanejadas, inclusive para outros órgãos, observados os limites autorizados na Lei Orçamentária.

Parágrafo único - As dotações mencionadas no “caput” somente poderão ser redistribuídas para outro órgão mediante autorização do Prefeito Municipal.

Art 33 - Os órgãos setoriais de orçamento ou equivalentes indicarão à Secretaria da Fazenda as dotações que deverão ser canceladas, bem como os limites a serem reduzidos, para abertura de créditos adicionais, destinados ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais, sempre que for identificada insuficiência de recursos nestas dotações.

CAPÍTULO V

DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

Art 34 - Poderão ser inscritas em “Restos a Pagar” as despesas efetivamente realizadas bem como as não processadas que venham a ser realizadas no exercício seguinte.

§ 1º - Considera-se efetivamente realizada a despesa em que o bem tenha sido entregue ou o serviço tenha sido executado.

§ 2º - Os saldos de dotações referentes às despesas não processadas que não terão sua efetiva realização no exercício seguinte deverão ser anulados.

§ 3º - Havendo interesse da Administração, as despesas mencionadas no parágrafo anterior poderão ser empenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício seguinte, observada a mesma classificação orçamentária.

§ 4º - Os órgãos de contabilidade analítica anularão os saldos de empenhos que não se enquadrem no disposto neste artigo, quando as anulações não houverem sido efetivadas pelo ordenador de despesas.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 36 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 38 - Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e do previsto no art. 11 desta Lei, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º - Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do *caput*, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

Art. 39 - Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 40 - Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 41 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 42 - Para efeito da Lei Complementar nº 101/2000, no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 43 - Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2024, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.

§ 1º - Os atos de que trata o *caput* conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.

§ 2º - No caso do Poder Executivo, o ato referido no *caput* e os que o modificarem conterá:

I – metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;

§ 3º - Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 44 - Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo a data de 30 de dezembro.

Art. 45 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 1º - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades, e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as fontes de recursos discriminadas na Lei Orçamentária Anual para execução de determinado elemento de despesa, não configurando a abertura de crédito adicional, nos termos da Consulta nº 958.027, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 46 - Se o projeto de lei orçamentária não for devolvido com autógrafos pelo Presidente da Câmara até 31 de dezembro de 2023, para sanção do Prefeito Municipal, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de um doze avos de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

Art. 47 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 48 - A abertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal.

Art. 49 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 50 - Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 24, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Art. 51 - As transferências de recursos do Município, consignados na Lei Orçamentária Anual, à União, Estados e a outros Municípios a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas mediante convênio, acordo ou instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 52 - Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, com prévia específica autorização legislativa, nos termos do § 8º do art. 166 da Constituição da República.

Art. 53 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brazópolis, 29 de junho de 2023.

Carlos Alberto Morais
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO I - METAS FISCAIS

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INFRAESTRUTURA	a) Adquirir/desapropriar terrenos e construir, locar ou adquirir galpões para a instalação de empresas.
	b) Criar Distrito Industrial.
	c) Prover a infraestrutura municipal através de pavimentação, calçamento, ampliação e recuperação de vias públicas e estradas vicinais, com ênfase na organização, segurança e acessibilidade.
	d) Ampliar a rede de iluminação pública.
	e) Reestruturar a Praça Sagrados Corações para a realização de eventos.
	f) Revitalizar as áreas verdes e jardins públicos, principalmente os de acesso ao Município.
	g) Dar continuidade à regularização fundiária urbana
	h) Elaborar o Plano Diretor Municipal
POLÍTICAS EDUCACIONAIS	a) Incentivar a educação para todos.
	b) Garantir transporte digno e eficiente aos alunos.
	c) Garantir alimentação de qualidade, dentro do programa de merenda escolar, aos alunos da rede municipal de ensino.
	d) Promover a valorização e aperfeiçoamento dos profissionais de educação.
	e) Melhorar o desempenho escolar por meio da definição e implantação de padrões básicos relacionados à gestão escolar, à rede física, à informatização e aos recursos didático-pedagógicos, para o aprendizado e a eficiência operacional.
	f) Ampliar o atendimento à educação infantil, por meio da construção de creche municipal.
	g) Adequar a rede física e fornecer suporte aos profissionais e alunos para reverter e/ou minimizar os danos causados pela pandemia de Covid-19.
POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER	a) Incentivar os campeonatos e as práticas esportivas no município
	b) Manter e expandir o programa de academias ao ar livre
	c) Prestigiar e apoiar os atletas que representam nosso município em atividades esportivas diversas.
	d) Construir ciclovias e novas pistas de caminhada.
	e) Ampliar, reformar e manter as instalações esportivas e de lazer.
POLÍTICAS DE SAÚDE	a) Promover a qualificação de recursos humanos, de modo que se obtenha maior produtividade e melhoria nos serviços prestados à população.
	b) Manter o Pronto Atendimento Municipal e os consórcios públicos para atender situações de urgência e emergência.
	c) Manter o programa de Estratégia de Saúde da Família.



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



	<p>d) Ampliar o atendimento de Saúde Bucal.</p> <p>e) Ampliar o atendimento de Saúde Mental no Município, com foco no tratamento e acompanhamento dos problemas decorrentes da pandemia de Covid-19.</p> <p>f) Manter e expandir o programa de imunização.</p> <p>g) Manter o programa de distribuição de medicamentos através da farmácia municipal.</p> <p>h) Prestar assistência aos pacientes que fazem tratamento fora do domicílio.</p>
POLÍTICA DE AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE	<p>a) Promover cursos e programas para o produtor rural, através de parcerias com a Emater e Instituições com atividades afins.</p> <p>b) Incentivar a agricultura familiar e orgânica, através de apoio à comercialização dos produtos.</p> <p>c) Investir na manutenção e ampliação da infraestrutura para o escoamento da produção agrícola e agropecuária.</p> <p>d) Recuperar as áreas degradadas, ampliar e manter programas de proteção de nascentes e matas ciliares.</p> <p>e) Manter e fortalecer o programa de controle de natalidade animal.</p> <p>f) Implementar a política de saneamento básico.</p> <p>g) Aperfeiçoar o programa de coleta seletiva de lixo.</p> <p>h) Revitalizar o Parque de Exposições Municipal, com regularização documental.</p>
POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITACIONAL	<p>a) Reduzir o déficit habitacional, com ênfase na promoção do acesso a moradias seguras, dignas e regularizadas para famílias de baixa renda ou moradores em habitações precárias.</p> <p>b) Manter e ampliar a política de proteção à crianças e adolescentes.</p> <p>c) Criar e apoiar os projetos direcionados à terceira idade.</p> <p>d) Apoiar entidades sociais e conselhos comunitários do município.</p> <p>e) Manter os programas de geração de renda e criar novas oportunidades às famílias carentes.</p> <p>f) Prestar assistência a indivíduos e famílias com problemas de dependência química e alcoolismo.</p>
POLÍTICA DE CULTURA E TURISMO	<p>a) Apoiar e incentivar os artesãos, com promoção de feiras e eventos para divulgação de seus trabalhos.</p> <p>b) Apoiar entidades culturais e conselhos municipais.</p> <p>c) Promover e incentivar a realização de eventos culturais.</p> <p>d) Revitalizar espaços culturais e turísticos.</p> <p>e) Sinalizar as vias de acesso e os pontos turísticos do município.</p> <p>f) Realizar parceria com o Laboratório Nacional de Astrofísica para visitação ao Observatório.</p> <p>g) Desenvolver mecanismos para fortalecer a sustentabilidade, promovendo o turismo como estratégia de desenvolvimento no município.</p>



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



POLITICA DE PLANEJAMENTO E CRESCIMENTO URBANO	a) Incentivar a criação de feiras de negócios em parceria com instituições e Conselhos Municipais, com base em um desenvolvimento duradouro, sustentável e inclusivo, destacando o empreendedorismo, em busca de melhoria das condições sócio econômicas dos indivíduos.
	b) Apoiar a Segurança Pública
	c) Incentivar a incubação e implantação de empresas para geração de empregos.
	d) Consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos.
	e) Consolidação da política de recursos humanos voltados para a capacitação e desenvolvimento gerencial do servidor público.

CARLOS ALBERTO MORAIS
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO II - RISCOS FISCAIS

(Art. 4º, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000)

A manutenção do equilíbrio fiscal é de fundamental importância para a devida alocação dos recursos públicos. A saúde financeira do município permite a operacionalização dos programas a serem desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Brazópolis por meio de políticas públicas, elaboradas para promover o bem-estar da população.

A gestão de riscos fiscais promove a sustentabilidade do equilíbrio das contas públicas, preparando a Administração Pública Municipal para executar ações em cenários adversos, sem onerar suas entregas à sociedade. Os riscos fiscais devem ser gerenciados para que decisões sejam mais assertivas até mesmo em situações desfavoráveis, possibilitando agilidade nas respostas do governo.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas gerais de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal responsável. Sobre os pilares de planejamento, transparência, controle e accountability, a Lei de Responsabilidade Fiscal inova em vários aspectos.

Entre as inovações estabelecidas, a referida norma determina em seu artigo 4º, §3º, que o Anexo de Riscos Fiscais, constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conterà os riscos capazes de afetar o equilíbrio fiscal de cada ente, além das providências a serem tomadas, caso se concretizem, constituindo uma ferramenta de gerenciamento de riscos.

Dada a própria natureza do Anexo, este se apresenta como um instrumento incentivador do equilíbrio das contas públicas, pois identifica eventos, avalia-os e indica planos gerenciais cabíveis.

RISCOS FISCAIS

A finalidade primordial da Prefeitura é promover o bem estar da população. Para isso, a Prefeitura Municipal de Brazópolis deve exercer de forma eficaz, eficiente e efetiva a atividade financeira que lhe compete, captando, gerindo e despendendo recursos.

Nesse sentido, os riscos fiscais podem ser entendidos como os riscos provenientes das obrigações financeiras do Município. Ou seja, os riscos fiscais são eventos futuros e incertos que, caso se materializem, impactarão negativamente o equilíbrio das contas públicas.

As obrigações diretas devem constar na Lei Orçamentária Anual por serem de ocorrência certa, não se classificando como riscos fiscais. Contudo, a possibilidade dessas obrigações sofrerem impactos negativos é entendida como um tipo de risco fiscal.

Eventos que podem acarretar desequilíbrio na relação receita-despesa da Prefeitura são denominados riscos orçamentários. Alguns exemplos de riscos orçamentários são elencados a seguir: frustração na arrecadação da receita; restituição de tributos realizada a maior do que a prevista; discrepância entre as projeções e os valores observados de nível de atividade econômica, taxa de inflação, taxa de câmbio, afetando a quantia arrecadada; discrepância entre as projeções e os valores observados da taxa de juros; e ocorrência de situação de calamidade pública que



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



demandem do Município ações emergenciais, com o consequente aumento de despesas.

Materializado o risco orçamentário, as ações tomadas devem ir ao encontro do reequilíbrio fiscal, atendendo ao dispositivo constitucional que estabelece o princípio da exclusividade, ao determinar que o orçamento não deva conter dispositivo estranho à previsão de receita e fixação de despesas. Dessa forma, deve-se efetuar a reestimativa da receita e a reprogramação da despesa, de forma a ajustá-las ao equilíbrio almejado.

As obrigações financeiras contingentes, também denominadas passivos contingentes, são aquelas decorrentes de compromissos firmados pelo ente e que só gerarão compromisso de pagamento depois que determinado evento ocorrer. Também podem ser uma obrigação presente que surge devido a eventos passados, mas não é reconhecida, ou porque a probabilidade de pagamento pelo Município é baixa, ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com segurança.

Contudo, a estimativa dos passivos contingentes depende de fatores externos, tornando sua mensuração de difícil precisão.

RISCOS IMPACTANTES NA RECEITA

Os riscos orçamentários dizem respeito aos desvios entre os parâmetros adotados nas projeções das variáveis utilizadas na estimativa da receita tributária municipal (variação das atividades econômicas (PIB), variação do nível de preços (IPCA) e alterações na legislação tributária) e os valores de fato observados ao longo do período compreendido pelas diretrizes orçamentárias.

A Administração Pública Municipal de Brazópolis tem como objetivo elevar a utilização dos recursos públicos pelos melhores meios, ao menor custo, garantindo o alcance dos resultados pretendidos, de maneira a produzir os maiores impactos positivos possíveis dentro de um dado processo.

Assim, cabe ressaltar que a estratégia é de ampliar a participação relativa das despesas com atividades finalísticas em detrimento das despesas com atividades-meio, além de reduzir o custo unitário do serviço público e ampliar o atendimento à população, sempre visando a melhoria da qualidade dos serviços ofertados para a população.

CARLOS ALBERTO MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL



Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

EXERCÍCIO: - 2024

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA		PREVISÃO	
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
1.0.0.0.00.0.0 RECEITAS CORRENTES	46.319.267,61	58.856.369,49	54.741.362,00	56.383.602,86	58.075.110,95	59.817.364,26	
1.1.0.0.00.0.0 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.559.015,25	2.998.809,17	2.399.600,00	2.471.588,00	2.545.735,63	2.622.107,65	
1.1.1.0.00.0.0 IMPOSTOS	2.208.210,83	2.631.320,68	1.981.900,00	1.981.357,00	2.102.587,70	2.165.675,58	
1.1.1.2.00.0.0 IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	1.261.415,55	1.369.994,09	1.104.700,00	1.137.841,00	1.171.976,23	1.207.135,53	
1.1.1.2.50.0.0 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	602.275,85	674.346,77	565.300,00	582.259,00	599.726,77	617.718,58	
1.1.1.2.50.0.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	494.156,77	553.802,49	500.000,00	515.000,00	530.450,00	546.363,50	
1.1.1.2.50.0.2 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multa e Juros da Receita Principal	9.563,87	10.571,24	8.000,00	8.240,00	8.487,20	8.741,82	
1.1.1.2.50.0.3 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divida Ativa da Receita Principal	71.063,04	81.470,43	44.000,00	45.320,00	46.679,60	48.079,99	
1.1.1.2.50.0.4 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multa e Juros da Divida Ativa da Receita Principal	27.492,17	28.502,61	13.300,00	13.699,00	14.109,97	14.533,27	
1.1.1.2.53.0.0 DIREITOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	659.139,70	695.647,32	539.400,00	555.582,00	572.249,46	589.416,95	
1.1.1.2.53.0.1 Imóveis - Principal	659.139,70	695.647,32	534.800,00	550.844,00	567.369,32	584.390,40	
1.1.1.2.53.0.2 Imóveis sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	0,00	0,00	1.400,00	1.442,00	1.485,26	1.529,82	
1.1.1.2.53.0.2 Imóveis sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multa e Juros da Receita Principal	0,00	0,00	1.100,00	1.133,00	1.166,99	1.202,00	
1.1.1.2.53.0.3 Imóveis sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Divida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	2.100,00	2.163,00	2.227,89	2.294,73	
1.1.1.2.53.0.4 Imóveis sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multa e Juros da Receita Principal	0,00	0,00	295.000,00	303.850,00	312.965,50	322.354,47	
1.1.1.3.00.0.0 IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	299.368,07	441.299,11	295.000,00	303.850,00	312.965,50	322.354,47	
1.1.1.3.03.0.0 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	299.368,07	441.299,11	295.000,00	303.850,00	312.965,50	322.354,47	
1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	241.888,00	384.114,99	240.000,00	247.200,00	254.616,00	262.254,48	
1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	57.480,07	57.184,12	55.000,00	56.650,00	58.349,50	60.099,99	
1.1.1.4.00.0.0 IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	647.427,21	820.027,48	582.200,00	599.666,00	617.655,97	636.185,58	
1.1.1.4.51.0.0 IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	647.427,21	820.027,48	582.200,00	599.666,00	617.655,97	636.185,58	
1.1.1.4.51.1.1 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	626.501,42	807.692,07	565.000,00	581.950,00	599.408,50	617.390,76	
1.1.1.4.51.1.2 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa e Juros da Receita Principal	821,27	1.963,96	1.100,00	1.133,00	1.166,99	1.202,00	
1.1.1.4.51.1.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divida Ativa da Receita Principal	20.104,52	10.371,45	13.500,00	13.905,00	14.322,15	14.751,81	
1.1.1.4.51.1.4 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa e Juros da Divida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	2.600,00	2.678,00	2.758,33	2.841,01	
1.1.2.0.00.0.0 TAXAS	350.804,42	367.488,49	408.600,00	420.858,00	433.483,74	446.488,25	
1.1.2.1.00.0.0 TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	57.408,92	87.200,74	158.600,00	163.358,00	168.258,74	173.306,50	
1.1.2.1.01.0.0 TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	57.408,92	87.200,74	158.600,00	163.358,00	168.258,74	173.306,50	
1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	57.408,92	87.200,74	158.600,00	163.358,00	168.258,74	173.306,50	
1.1.2.2.00.0.0 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	293.395,50	280.287,75	250.000,00	257.500,00	265.225,00	273.181,75	
1.1.2.2.01.0.0 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	293.395,50	280.287,75	250.000,00	257.500,00	265.225,00	273.181,75	
1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	293.395,50	280.287,75	250.000,00	257.500,00	265.225,00	273.181,75	



Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA		PREVISÃO	
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
1.1.3.0.00.0.0 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	9.100,00	9.373,00	9.654,19	9.943,82	
1.1.3.1.00.0.0 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	9.100,00	9.373,00	9.654,19	9.943,82	
1.1.3.1.53.0.0 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES	0,00	0,00	9.100,00	9.373,00	9.654,19	9.943,82	
1.1.3.1.53.0.1 Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	0,00	0,00	6.700,00	6.901,00	7.108,03	7.321,27	
1.1.3.1.53.0.2 da Receita Principal	0,00	0,00	1.100,00	1.133,00	1.166,99	1.202,00	
1.1.3.1.53.0.3 Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	0,00	1.300,00	1.339,00	1.379,17	1.420,55	
1.2.0.0.00.0.0 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.794.772,21	2.001.183,97	2.207.000,00	2.273.210,00	2.341.406,30	2.411.648,49	
1.2.1.0.00.0.0 CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	1.161.329,47	1.197.652,65	1.417.000,00	1.459.510,00	1.503.295,30	1.548.394,16	
1.2.1.5.01.0.0 CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL	1.161.329,47	1.197.652,65	1.407.000,00	1.449.210,00	1.482.686,30	1.537.466,89	
1.2.1.5.01.1.1 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	1.161.329,47	1.190.792,50	1.400.000,00	1.442.000,00	1.485.260,00	1.529.817,80	
1.2.1.5.01.1.2 Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	0,00	0,00	7.000,00	7.210,00	7.426,30	7.649,09	
1.2.1.5.01.2.1 Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	0,00	5.945,75	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.1.5.01.3.1 Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	0,00	914,40	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.1.5.02.0.0 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	
1.2.1.5.02.1.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	
1.2.4.0.00.0.0 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	633.442,74	803.531,32	790.000,00	813.700,00	838.111,00	863.254,33	
1.2.4.1.00.0.0 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	633.442,74	803.531,32	790.000,00	813.700,00	838.111,00	863.254,33	
1.2.4.1.50.0.1 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	633.442,74	803.531,32	790.000,00	813.700,00	838.111,00	863.254,33	
1.3.0.0.00.0.0 RECEITA PATRIMONIAL	640.150,94	2.554.201,97	957.590,98	986.318,71	1.015.908,27	1.046.385,52	
1.3.1.0.00.0.0 EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	45.173,31	33.089,85	31.000,00	31.930,00	32.887,90	33.874,54	
1.3.1.1.01.0.0 ALUGUEIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFFAS DE OCUPAÇÃO	0,00	33.089,85	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	0,00	33.089,85	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.1.1.99.0.0 OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	45.173,31	0,00	31.000,00	31.930,00	32.887,90	33.874,54	
1.3.1.1.99.0.1 Outras Receitas Imobiliárias - Principal	45.173,31	0,00	31.000,00	31.930,00	32.887,90	33.874,54	
1.3.2.0.00.0.0 VALORES MOBILIÁRIOS	594.977,63	2.521.112,12	926.590,98	954.388,71	983.020,37	1.012.510,98	
1.3.2.1.00.0.0 JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	594.977,63	2.521.112,12	926.590,98	954.388,71	983.020,37	1.012.510,98	
1.3.2.1.01.0.0 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	406.031,14	1.954.013,75	326.590,98	336.388,71	346.480,37	356.874,78	
1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	406.031,14	1.954.013,75	326.590,98	336.388,71	346.480,37	356.874,78	
1.3.2.1.04.0.0 REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	188.946,49	567.098,37	600.000,00	618.000,00	636.540,00	655.636,20	
1.3.2.1.04.0.1 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	188.946,49	567.098,37	600.000,00	618.000,00	636.540,00	655.636,20	
1.6.0.0.00.0.0 RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	80.391,39	25.400,00	26.162,00	26.946,86	27.755,27	
1.6.1.0.00.0.0 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0,00	5.642,50	5.400,00	5.562,00	5.728,86	5.900,73	
1.6.1.1.00.0.0 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0,00	5.642,50	5.400,00	5.562,00	5.728,86	5.900,73	



Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Página: 3 de 10

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA		PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026		
1.6.1.1.01.0.0 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0,00	0,00	3.900,00	4.017,00	4.137,51	4.261,64		
1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	0,00	0,00	3.900,00	4.017,00	4.137,51	4.261,64		
1.6.1.1.02.0.0 INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0,00	5.642,50	1.500,00	1.545,00	1.591,35	1.639,09		
1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0,00	5.642,50	1.500,00	1.545,00	1.591,35	1.639,09		
1.6.2.0.00.0.0 SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	74.748,89	20.000,00	20.600,00	21.218,00	21.854,54		
1.6.2.1.00.0.0 SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	74.748,89	20.000,00	20.600,00	21.218,00	21.854,54		
1.6.2.1.02.0.0 SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS OU MERCADORIAS	0,00	74.748,89	20.000,00	20.600,00	21.218,00	21.854,54		
1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	0,00	74.748,89	20.000,00	20.600,00	21.218,00	21.854,54		
1.7.0.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.268.998,07	51.111.551,89	47.083.271,02	48.495.769,15	49.950.642,24	51.449.161,51		
1.7.0.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	24.003.588,60	31.578.859,00	28.235.111,02	29.082.164,35	29.954.629,29	30.853.268,17		
1.7.1.1.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	19.878.957,21	26.352.443,66	22.205.500,00	22.871.665,00	23.557.814,95	24.264.549,40		
1.7.1.1.51.0.0 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	19.850.342,75	26.318.708,23	22.185.500,00	22.851.065,00	23.536.996,95	24.242.694,86		
1.7.1.1.51.1.1 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	18.290.803,60	24.142.295,57	20.565.500,00	21.182.465,00	21.817.938,95	22.472.477,12		
1.7.1.1.51.2.1 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	1.559.539,15	2.176.412,66	1.620.000,00	1.668.600,00	1.718.658,00	1.770.217,74		
1.7.1.1.52.0.0 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	28.614,46	33.735,43	20.000,00	20.600,00	21.218,00	21.854,54		
1.7.1.1.52.0.1 Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	28.614,46	33.735,43	20.000,00	20.600,00	21.218,00	21.854,54		
1.7.1.2.00.0.0 RECURSOS NATURAIS	365.195,88	861.638,20	430.000,00	442.900,00	456.187,00	469.872,61		
1.7.1.2.52.0.0 COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	365.195,88	569.871,40	430.000,00	442.900,00	456.187,00	469.872,61		
1.7.1.2.52.4.1 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	365.195,88	569.871,40	430.000,00	442.900,00	456.187,00	469.872,61		
1.7.1.2.99.0.0 RECURSOS NATURAIS	0,00	291.766,80	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.7.1.2.99.0.1 Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Principal	0,00	291.766,80	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.7.1.3.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.876.861,43	3.129.220,73	4.246.291,02	4.373.679,75	4.504.890,15	4.640.036,86		
1.7.1.3.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	2.876.861,43	3.129.220,73	4.246.291,02	4.373.679,75	4.504.890,15	4.640.036,86		
1.7.1.3.50.1.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal	2.650.335,12	2.665.162,94	3.311.220,00	3.410.556,60	3.512.873,30	3.618.259,50		
1.7.1.3.50.2.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal	0,00	0,00	38.000,00	39.140,00	40.314,20	41.523,63		
1.7.1.3.50.3.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal	140.495,31	185.774,03	345.000,00	355.350,00	366.010,50	376.990,82		
1.7.1.3.50.4.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal	86.031,00	100.923,80	92.000,00	94.760,00	97.602,80	100.530,88		
1.7.1.3.50.5.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal	0,00	3.259,48	460,071,02	473.873,15	488.089,35	502.732,03		
1.7.1.3.50.9.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas - Principal	0,00	174.100,48	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.7.1.3.99.0.0 SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		



Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Página: 4 de 10

EXERCÍCIO: - 2024

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA		PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026		
1.7.1.3.99.0.1 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.7.1.4.00.0.0 Principal TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE?	645.741,34	598.436,00	844.320,00	869.649,60	895.739,09	922.611,25		
1.7.1.4.50.0.0 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	331.247,14	405.714,31	480.320,00	494.729,60	509.571,49	524.858,63		
1.7.1.4.50.0.1 Transferências do Salário-Educação - Principal	331.247,14	405.714,31	480.320,00	494.729,60	509.571,49	524.858,63		
1.7.1.4.52.0.0 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE	125.868,60	112.724,00	180.000,00	185.400,00	190.962,00	196.690,86		
1.7.1.4.52.0.1 Principal Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	125.868,60	112.724,00	180.000,00	185.400,00	190.962,00	196.690,86		
1.7.1.4.53.0.0 Principal TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTES DO ESCOLAR – PNATE	188.625,60	79.997,69	182.000,00	187.460,00	193.083,80	198.876,31		
1.7.1.4.53.0.1 Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	188.625,60	79.997,69	182.000,00	187.460,00	193.083,80	198.876,31		
1.7.1.4.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE	0,00	0,00	2.000,00	2.060,00	2.121,80	2.185,45		
1.7.1.4.99.0.1 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal	0,00	0,00	2.000,00	2.060,00	2.121,80	2.185,45		
1.7.1.6.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	140.576,62	538.347,95	352.500,00	363.075,00	373.967,25	385.186,27		
1.7.1.6.50.0.0 Principal Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS -	140.576,62	538.347,95	352.500,00	363.075,00	373.967,25	385.186,27		
1.7.1.7.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	156.500,00	161.195,00	166.030,85	171.011,78		
1.7.1.7.50.0.0 Principal TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.7.1.7.50.0.1 Principal Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.7.1.7.51.0.0 Principal TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	9.500,00	9.785,00	10.078,55	10.380,91		
1.7.1.7.51.0.1 Principal Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação -	0,00	0,00	9.500,00	9.785,00	10.078,55	10.380,91		
1.7.1.7.52.0.0 ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	147.000,00	151.410,00	155.952,30	160.630,87		
1.7.1.7.52.0.1 Principal TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -	0,00	0,00	147.000,00	151.410,00	155.952,30	160.630,87		
1.7.1.7.52.0.1 Principal Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social -	0,00	0,00	147.000,00	151.410,00	155.952,30	160.630,87		
1.7.1.7.99.0.0 Principal OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.7.1.7.99.0.1 Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.7.1.9.00.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	96.256,12	98.772,46	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.7.1.9.57.0.0 Principal TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.7.1.9.57.0.1 Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.7.1.9.58.0.0 TRANSFERÊNCIA OBRIGATORIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N° 176/2020	0,00	51.677,72	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.7.1.9.58.0.1 Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n° 176/2020 - Principal	0,00	51.677,72	0,00	0,00	0,00	0,00		



Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Página: 5 de 10

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA			PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2021	2022	2023
1.7.1.9.61.0.0 AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CREDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC Nº 123/2022	0,00	47.094,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.61.0.1 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário Icms - Art. 5º, Inciso V, Ec. Nº 123/2022 - Principal	0,00	47.094,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	96.256,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.99.0.1 Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	96.256,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	10.642.654,31	11.851.057,29	10.289.610,00	10.598.298,30	10.916.247,25	11.243.734,67	10.642.654,31	11.851.057,29	10.289.610,00
1.7.2.1.00.0.0 PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	7.774.181,63	8.155.812,58	8.779.810,00	9.043.204,30	9.314.500,43	9.593.935,45	7.774.181,63	8.155.812,58	8.779.810,00
1.7.2.1.50.0.0 COTA-PARTE DO ICMS	6.158.324,33	6.322.800,69	6.800.810,00	7.004.834,30	7.214.979,33	7.431.428,71	6.158.324,33	6.322.800,69	6.800.810,00
1.7.2.1.50.0.1 Cota-Parte do ICMS - Principal	6.158.324,33	6.322.800,69	6.800.810,00	7.004.834,30	7.214.979,33	7.431.428,71	6.158.324,33	6.322.800,69	6.800.810,00
1.7.2.1.51.0.0 COTA-PARTE DO IPVA	1.535.758,30	1.746.031,50	1.900.000,00	1.957.000,00	2.015.710,00	2.076.181,30	1.535.758,30	1.746.031,50	1.900.000,00
1.7.2.1.51.0.1 Cota-Parte do IPVA - Principal	1.535.758,30	1.746.031,50	1.900.000,00	1.957.000,00	2.015.710,00	2.076.181,30	1.535.758,30	1.746.031,50	1.900.000,00
1.7.2.1.52.0.0 COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	69.988,39	71.298,88	58.000,00	59.740,00	61.532,20	63.378,17	69.988,39	71.298,88	58.000,00
1.7.2.1.52.0.1 Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	69.988,39	71.298,88	58.000,00	59.740,00	61.532,20	63.378,17	69.988,39	71.298,88	58.000,00
1.7.2.1.53.0.0 COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	10.110,61	15.681,51	15.500,00	15.965,00	16.443,95	16.937,27	10.110,61	15.681,51	15.500,00
1.7.2.1.53.0.1 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	10.110,61	15.681,51	15.500,00	15.965,00	16.443,95	16.937,27	10.110,61	15.681,51	15.500,00
1.7.2.1.98.0.0 TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS RECEITAS DE IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	5.500,00	5.665,00	5.834,95	6.010,00	0,00	0,00	5.500,00
1.7.2.1.98.0.1 Transferências Decorrentes de Participação em Outras Receitas de Impostos dos Estados e do Distrito Federal - Principal	0,00	0,00	5.500,00	5.665,00	5.834,95	6.010,00	0,00	0,00	5.500,00
1.7.2.2.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	1.200,00	1.236,00	1.273,08	1.311,27	0,00	0,00	1.200,00
1.7.2.2.00.0.1 TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - Principal	0,00	0,00	1.200,00	1.236,00	1.273,08	1.311,27	0,00	0,00	1.200,00
1.7.2.2.51.0.0 COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	0,00	0,00	1.200,00	1.236,00	1.273,08	1.311,27	0,00	0,00	1.200,00
1.7.2.2.51.0.1 Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	0,00	0,00	1.200,00	1.236,00	1.273,08	1.311,27	0,00	0,00	1.200,00
1.7.2.3.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.907.092,43	2.103.455,95	916.600,00	944.098,00	972.420,94	1.001.593,57	1.907.092,43	2.103.455,95	916.600,00
1.7.2.3.50.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.907.092,43	2.103.455,95	916.600,00	944.098,00	972.420,94	1.001.593,57	1.907.092,43	2.103.455,95	916.600,00
1.7.2.3.50.0.1 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	1.907.092,43	2.103.455,95	916.600,00	944.098,00	972.420,94	1.001.593,57	1.907.092,43	2.103.455,95	916.600,00
1.7.2.4.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES DE SAÚDE - SUS	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.4.00.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.4.50.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.4.51.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	279.603,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279.603,72	0,00
1.7.2.4.51.0.1 Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	0,00	279.603,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279.603,72	0,00
1.7.2.4.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.4.99.0.1 Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.00.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	961.380,25	1.312.185,04	582.000,00	599.460,00	617.443,80	635.967,11	961.380,25	1.312.185,04	582.000,00
1.7.2.9.51.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	72.021,40	138.248,34	62.000,00	53.560,00	55.166,80	56.821,80	72.021,40	138.248,34	62.000,00



Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA			PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026			
1.7.2.9.51.0.1 Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	72.021,40	138.248,34	52.000,00	53.560,00	55.166,80	56.821,80			
1.7.2.9.52.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	949.622,46	530.000,00	545.900,00	562.277,00	579.145,31			
1.7.2.9.52.0.1 Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	0,00	949.622,46	530.000,00	545.900,00	562.277,00	579.145,31			
1.7.2.9.53.0.0 COTA-PARTE DA TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DAS PERDAS COM ARRECAÇÃO DE ICMS - LC N° 194/2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.7.2.9.53.0.1 Cota-parte Da Transferência Da Compensação Financeira Das Perdas Com Arrecadação De Icms - Lc N° 194/2023 - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.7.2.9.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF	889.358,85	224.314,24	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.7.2.9.99.0.1 Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	889.358,85	224.314,24	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.7.5.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	6.553.856,97	7.630.776,49	8.488.950,00	8.743.618,50	9.005.927,06	9.276.104,87			
1.7.5.1.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORIAS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	6.553.856,97	7.506.990,98	8.488.950,00	8.743.618,50	9.005.927,06	9.276.104,87			
1.7.5.1.50.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORIAS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	6.553.856,97	7.506.990,98	8.488.950,00	8.743.618,50	9.005.927,06	9.276.104,87			
1.7.5.1.50.0.1 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	6.553.856,97	7.506.990,98	8.488.950,00	8.743.618,50	9.005.927,06	9.276.104,87			
1.7.5.9.00.0.0 DEMAS TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	123.785,51	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.7.5.9.99.0.0 Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal	0,00	123.785,51	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.7.5.9.99.0.1 Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal	68.898,19	50.859,11	69.600,00	71.688,00	73.838,64	76.053,80			
1.7.9.0.00.0.0 DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	68.898,19	50.859,11	69.600,00	71.688,00	73.838,64	76.053,80			
1.7.9.1.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	68.898,19	50.859,11	69.600,00	71.688,00	73.838,64	76.053,80			
1.7.9.1.50.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - PROGRAMAS DE SAÚDE	60.633,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.7.9.1.50.0.1 Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde - Principal	60.633,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.7.9.1.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	8.264,99	50.859,11	69.600,00	71.688,00	73.838,64	76.053,80			
1.7.9.1.99.0.1 Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	8.264,99	50.859,11	69.600,00	71.688,00	73.838,64	76.053,80			
1.9.0.0.00.0.0 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.331,14	110.231,10	2.068.500,00	2.130.555,00	2.194.471,65	2.260.305,62			
1.9.1.0.00.0.0 MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	2.758,74	2.919,78	9.400,00	9.682,00	9.972,46	10.271,64			
1.9.1.1.00.0.0 MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	2.758,74	2.919,78	9.400,00	9.682,00	9.972,46	10.271,64			
1.9.1.1.01.0.0 MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	2.758,74	2.919,78	7.300,00	7.519,00	7.744,57	7.976,91			
1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	2.758,74	2.919,78	7.300,00	7.519,00	7.744,57	7.976,91			
1.9.1.1.06.0.0 MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	0,00	0,00	2.100,00	2.163,00	2.227,89	2.294,73			
1.9.1.1.06.1.1 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	0,00	0,00	2.100,00	2.163,00	2.227,89	2.294,73			
1.9.2.0.00.0.0 INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	18.478,98	80.369,95	113.900,00	117.317,00	120.836,51	124.461,61			
1.9.2.1.00.0.0 INDENIZAÇÕES	3.618,42	0,00	1.900,00	1.957,00	2.015,71	2.076,18			
1.9.2.1.01.0.0 INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	1.900,00	1.957,00	2.015,71	2.076,18			
1.9.2.1.01.0.1 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	0,00	0,00	1.900,00	1.957,00	2.015,71	2.076,18			
1.9.2.1.99.0.0 OUTRAS INDENIZAÇÕES	3.618,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	3.618,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.9.2.2.00.0.0 RESTITUIÇÕES	14.860,56	20.127,95	112.000,00	115.360,00	118.820,80	122.385,43			

Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais
Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA		PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026		
1.9.2.2.99.0.0 OUTRAS RESTITUIÇÕES	14.860,56	20.127,95	112.000,00	115.360,00	118.820,80	122.385,43		
1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	14.860,56	20.127,95	112.000,00	115.360,00	118.820,80	122.385,43		
1.9.2.3.99.0.0 RESSARCIMENTOS	0,00	60.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.9.2.3.99.0.0 OUTROS RESSARCIMENTOS	0,00	60.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	0,00	60.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.9.9.0.00.0.0 DEMAIS RECEITAS CORRENTES	35.093,42	26.941,37	1.945.200,00	2.003.556,00	2.063.662,68	2.125.572,57		
1.9.9.0.00.0.0 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.093,42	26.941,37	1.945.200,00	2.003.556,00	2.063.662,68	2.125.572,57		
1.9.9.0.03.0.0 Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência	0,00	0,00	1.945.000,00	2.003.350,00	2.063.450,50	2.125.354,02		
1.9.9.0.03.0.1 Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	0,00	0,00	1.945.000,00	2.003.350,00	2.063.450,50	2.125.354,02		
1.9.9.9.99.0.0 OUTRAS RECEITAS	35.093,42	26.941,37	200,00	206,00	212,18	218,55		
1.9.9.9.99.0.0 OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	35.093,42	26.941,37	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.9.9.9.99.2.2 Juros da Receita Principal	0,00	24.418,17	200,00	206,00	212,18	218,55		
1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa da Receita Principal	0,00	2.523,20	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.0.0.0.00.0.0 RECEITAS DE CAPITAL	2.805.008,16	4.287.628,61	1.114.000,00	1.147.420,00	1.181.842,60	1.217.297,88		
2.1.0.0.00.0.0 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	690.000,00	710.700,00	732.021,00	753.981,63		
2.1.1.0.00.0.0 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	690.000,00	710.700,00	732.021,00	753.981,63		
2.1.1.0.00.0.0 OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	690.000,00	710.700,00	732.021,00	753.981,63		
2.1.1.9.99.0.0 OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	690.000,00	710.700,00	732.021,00	753.981,63		
2.1.1.9.99.0.1 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	0,00	0,00	690.000,00	710.700,00	732.021,00	753.981,63		
2.2.0.0.00.0.0 ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	50.000,00	51.500,00	53.045,00	54.636,35		
2.2.0.0.00.0.0 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.2.1.0.00.0.0 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.2.1.3.00.0.0 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.2.1.3.01.0.0 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	50.000,00	51.500,00	53.045,00	54.636,35		
2.2.2.0.00.0.0 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	50.000,00	51.500,00	53.045,00	54.636,35		
2.2.2.1.00.0.0 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	50.000,00	51.500,00	53.045,00	54.636,35		
2.2.2.1.01.0.0 Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	0,00	50.000,00	51.500,00	53.045,00	54.636,35		
2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2.4.0.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.805.008,16	4.287.628,61	374.000,00	385.220,00	396.776,60	408.679,90		
2.4.0.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.147.809,00	388.548,00	167.000,00	172.010,00	177.170,30	182.485,41		
2.4.1.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	374.809,00	149.692,00	77.500,00	79.825,00	82.219,75	84.686,34		
2.4.1.1.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00	67.000,00	69.010,00	71.080,30	73.212,71		
2.4.1.1.50.9.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas - Principal	0,00	0,00	67.000,00	69.010,00	71.080,30	73.212,71		
2.4.1.1.51.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - FUNDO A FUNDO - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	149.692,00	10.500,00	10.815,00	11.139,45	11.473,63		
2.4.1.1.51.1.1 Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços	0,00	149.692,00	10.500,00	10.815,00	11.139,45	11.473,63		



Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais
Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA			PREVISÃO	
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Publicos de Saúde - Atenção Primária - Principal							
2.4.1.1.99.0.0	374.809,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS							
2.4.1.1.99.0.1	374.809,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal							
2.4.1.4.00.0.0	573.000,00	238.856,00	89.500,00	92.185,00	94.950,55	97.799,07	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES							
2.4.1.4.50.0.0	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS							
2.4.1.4.50.0.1	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	
Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal							
2.4.1.4.51.0.0	0,00	0,00	40.000,00	41.200,00	42.436,00	43.709,08	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO							
2.4.1.4.51.0.1	0,00	0,00	40.000,00	41.200,00	42.436,00	43.709,08	
Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação - Principal							
2.4.1.4.52.0.0	0,00	0,00	9.500,00	9.785,00	10.078,55	10.380,91	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO							
2.4.1.4.52.0.1	0,00	0,00	9.500,00	9.785,00	10.078,55	10.380,91	
Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal							
2.4.1.4.53.0.0	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE							
2.4.1.4.53.0.1	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	
Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal							
2.4.1.4.54.0.0	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE							
2.4.1.4.54.0.1	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	
Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal							
2.4.1.4.99.0.0	573.000,00	238.856,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES							
2.4.1.4.99.0.1	573.000,00	238.856,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27	
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal							
2.4.1.9.00.0.0	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES							
2.4.1.9.51.0.0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO							
2.4.1.9.51.0.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência Especial Da União - Principal							
2.4.1.9.99.0.0	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES							
2.4.1.9.99.0.1	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entidades - Principal							
2.4.2.0.00.0.0	1.657.199,16	3.899.080,61	207.000,00	213.210,00	219.606,30	226.194,49	
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES							
2.4.2.1.00.0.0	533.178,03	1.397.377,03	120.000,00	123.600,00	127.308,00	131.127,24	
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DOS ESTADOS E DF							
2.4.2.1.50.0.0	533.178,03	1.397.377,03	120.000,00	123.600,00	127.308,00	131.127,24	
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS							
2.4.2.1.50.0.1	533.178,03	1.397.377,03	120.000,00	123.600,00	127.308,00	131.127,24	
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal							
2.4.2.2.00.0.0	713.374,94	1.246.703,58	52.000,00	53.560,00	55.166,80	56.821,80	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES							
2.4.2.2.50.0.0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS							
2.4.2.2.50.0.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal							



Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Página: 9 de 10

EXERCÍCIO: - 2024

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA			PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026			
2.4.2.2.51.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	713.374,94	764.033,58	52.000,00	53.560,00	55.166,80	56.821,80			
2.4.2.2.51.0.1 Principal Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação -	713.374,94	764.033,58	52.000,00	53.560,00	55.166,80	56.821,80			
2.4.2.2.52.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
2.4.2.2.52.0.1 Básico - Principal Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
2.4.2.2.54.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
2.4.2.2.54.0.1 Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
2.4.2.2.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	0,00	482.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
2.4.2.2.99.0.1 Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	0,00	482.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
2.4.2.9.00.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS	410.646,19	1.255.000,00	35.000,00	36.050,00	37.131,50	38.245,45			
2.4.2.9.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS	410.646,19	1.255.000,00	35.000,00	36.050,00	37.131,50	38.245,45			
2.4.2.9.99.0.1 Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	410.646,19	1.255.000,00	35.000,00	36.050,00	37.131,50	38.245,45			
7.0.0.0.00.0.0 RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.659.053,55	1.904.414,72	2.110.000,00	2.173.300,00	2.238.499,00	2.305.653,97			
7.2.0.0.00.0.0 CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.659.053,55	1.904.414,72	2.110.000,00	2.173.300,00	2.238.499,00	2.305.653,97			
7.2.1.0.00.0.0 CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.659.053,55	1.904.414,72	2.110.000,00	2.173.300,00	2.238.499,00	2.305.653,97			
7.2.1.5.02.0.0 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.659.053,55	1.904.414,72	2.110.000,00	2.173.300,00	2.238.499,00	2.305.653,97			
7.2.1.5.02.1.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.659.053,55	1.904.414,72	2.100.000,00	2.163.000,00	2.227.890,00	2.294.726,70			
7.2.1.5.02.1.2 INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27			
90.0.0.0.0.0.0 DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.221.338,51	-6.490.723,53	-5.965.362,00	-6.144.322,86	-6.328.652,55	-6.518.512,11			
95.0.0.0.0.0.0 DEDUÇÕES DE FUNDEB	-5.216.074,24	-6.472.649,42	-5.868.862,00	-6.044.927,86	-6.226.275,70	-6.413.063,96			
95.1.7.1.1.51.1.1 Principal Dedução da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal -	-3.658.160,43	-4.828.458,83	-4.113.100,00	-4.236.493,00	-4.363.587,79	-4.494.495,42			
95.1.7.1.1.52.0.1 Dedução da Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-5.722,77	-6.746,94	-4.000,00	-4.120,00	-4.243,60	-4.370,91			
95.1.7.1.9.61.0.1 Nº 123/2022 - Principal Dedução do Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário Icms - Art. 5º, Inciso V, Ec	0,00	-9.418,96	0,00	0,00	0,00	0,00			
95.1.7.2.1.50.0.1 Dedução da Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.231.664,52	-1.264.559,79	-1.360.162,00	-1.400.966,86	-1.442.995,87	-1.486.285,74			
95.1.7.2.1.51.0.1 Deduções Da Cota-Parte Do Ipvá - Principal	-306.243,09	-349.205,12	-380.000,00	-391.400,00	-403.142,00	-415.236,26			
95.1.7.2.1.52.0.1 Deduções Da Cota-Parte Do Ipi - Municípios - Principal	-14.283,43	-14.259,78	-11.600,00	-11.948,00	-12.306,44	-12.675,63			
95.1.7.2.9.53.0.1 Arrecadação De Icms - Lc Nº 194/2023 - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
98.0.0.0.0.0.0.0 DEDUÇÕES DE RETIFICAÇÕES	-5.264,27	-18.074,11	-96.500,00	-99.395,00	-102.376,85	-105.448,15			
98.1.1.1.2.50.0.1 Retificação de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	-649,78	-1.231,20	-1.000,00	-1.030,00	-1.060,90	-1.092,73			
98.1.1.1.2.53.0.1 Reais sobre Imóveis - Principal	0,00	-16.238,16	0,00	0,00	0,00	0,00			



Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais
Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Página: 10 de 10

EXERCÍCIO: - 2024

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA			PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026			
98.1.1.4.51.1.1 Retificação de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	-4.574,36	-186,46	-500,00	-515,00	-530,45	-546,36			
98.1.1.2.2.01.0.1 Retificação de Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	0,00	-418,29	-500,00	-515,00	-530,45	-546,36			
98.1.1.3.1.51.0.1 Retificação de Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Principal	-40,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
98.1.1.3.1.53.0.1 Retificação de Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	0,00	0,00	-500,00	-515,00	-530,45	-546,36			
98.1.3.2.1.04.0.1 Retificação de Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	0,00	0,00	-94.000,00	-96.820,00	-99.724,60	-102.716,34			
99.0.0.0.0.00.0.0 OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
99.1.3.2.1.04.0.1 Retificação de Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL GERAL	45.561.990,81	58.557.689,29	52.000.000,00	53.560.000,00	55.166.800,00	56.821.804,00			

CARLOS ALBERTO MORAIS
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIA LÚCIA MORAES E SILVA
Contadora 51.453

DANIELA MORAES DA SILVA
Controlador Interno



Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais
Anexo II - Despesas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA			ORÇADA			PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026			
3.0.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	34.412.591,26	45.950.582,06	46.426.085,44	47.818.868,00	49.253.434,05	50.731.037,06			
3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.213.555,08	23.641.940,16	25.614.459,81	26.382.893,60	27.174.380,41	27.989.611,81			
3.1.71.00.00 TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	86.692,61	110.372,09	129.635,79	133.524,86	137.530,61	141.656,50			
3.1.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	86.692,61	110.372,09	129.635,79	133.524,86	137.530,61	141.656,50			
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	19.126.862,47	23.531.568,07	25.484.824,02	26.249.368,74	27.036.849,80	27.847.955,31			
3.1.90.01.00 Aposentadorias, Reserva Remunerada E Reformas	2.096.706,74	2.572.504,07	3.900.000,00	4.017.000,00	4.137.510,00	4.261.635,30			
3.1.90.03.00 Pensões	393.817,45	428.533,97	550.000,00	566.500,00	583.495,00	600.999,85			
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	2.265.677,65	4.041.090,65	3.427.839,02	3.530.674,19	3.636.594,42	3.745.692,25			
3.1.90.11.00 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	11.453.543,16	12.491.528,57	13.975.090,00	14.394.342,70	14.826.172,98	15.270.958,17			
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	863.382,99	1.243.695,53	1.142.025,00	1.176.285,75	1.211.574,32	1.247.921,56			
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais	0,00	22.000,00	51.000,00	52.530,00	54.105,90	55.729,08			
3.1.90.94.00 Indenizações E Restituições Trabalhistas	394.680,20	659.719,75	228.870,00	235.736,10	242.808,18	250.092,43			
3.1.91.00.00 APLICAÇÃO DIRETA DE CORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRG	1.659.054,28	2.072.495,53	2.210.000,00	2.276.300,00	2.344.589,00	2.414.928,67			
3.1.91.13.00 Obrigações Patronais (Intra-Orçamentárias)	1.659.054,28	2.072.495,53	2.210.000,00	2.276.300,00	2.344.589,00	2.414.928,67			
3.2.00.00.00 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	16.508,87	38.572,56	36.000,00	37.080,00	38.192,40	39.338,17			
3.2.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	16.508,87	38.572,56	36.000,00	37.080,00	38.192,40	39.338,17			
3.2.90.21.00 Juros Sobre A Dívida Por Contrato	16.508,87	38.572,56	36.000,00	37.080,00	38.192,40	39.338,17			
3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.182.527,31	22.270.069,34	20.775.625,63	21.398.894,40	22.040.861,24	22.702.087,08			
3.3.30.00.00 TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	145.204,20	158.773,67	203.500,00	209.605,00	215.893,15	222.369,94			
3.3.30.41.00 Contribuições	145.204,20	158.773,67	203.500,00	209.605,00	215.893,15	222.369,94			
3.3.40.00.00 TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	0,00	0,00	20.600,00	20.600,00	21.218,00	21.854,54			
3.3.40.93.00 Indenizações e Restituições	0,00	0,00	20.600,00	20.600,00	21.218,00	21.854,54			
3.3.50.00.00 TRANSFERÊNCIAS INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	214.905,41	2.195.295,15	3.165.300,00	3.260.259,00	3.358.066,77	3.458.808,77			
3.3.50.41.00 Contribuições	19.395,60	227.070,12	155.500,00	160.165,00	164.969,95	169.919,05			
3.3.50.43.00 Subvenções Sociais	195.509,81	1.968.225,03	3.009.800,00	3.100.094,00	3.193.096,82	3.288.889,72			
3.3.70.00.00 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	134.490,15	164.007,62	210.351,63	216.662,18	223.162,04	229.856,91			
3.3.70.41.00 Contribuições	57.600,00	67.600,00	65.000,00	66.950,00	68.958,50	71.027,26			
3.3.71.00.00 TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	76.890,15	106.407,62	145.351,63	149.712,18	154.203,54	158.829,65			
3.3.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	76.890,15	106.407,62	145.351,63	149.712,18	154.203,54	158.829,65			
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	14.687.927,55	19.751.992,90	17.176.474,00	17.691.768,22	18.222.521,28	18.769.196,92			
3.3.90.08.00 Outros Benefícios Assistenciais	3.238,24	2.650,60	18.000,00	18.540,00	19.096,20	19.669,09			
3.3.90.14.00 Diárias - Pessoal Civil	110.036,29	182.750,07	245.987,00	253.366,61	260.967,61	268.796,64			
3.3.90.30.00 Material De Consumo	5.500.016,75	6.768.641,11	5.735.890,00	5.907.966,70	6.085.205,70	6.267.761,88			
3.3.90.31.00 Premiações Cult., Artist., Desp. e Outras	0,00	0,00	35.500,00	36.565,00	37.661,95	38.791,81			
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serv para Distribuição, Gratuita	318.278,92	628.162,21	457.800,00	471.534,00	485.680,02	500.250,42			
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	9.152,52	11.860,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27			
3.3.90.34.00 Outras Despesas de Pessoal Decor. de Terceirização	0,00	0,00	41.200,00	42.436,00	43.709,08	45.020,35			
3.3.90.35.00 Serviços De Consultoria	332.889,90	428.069,66	418.675,00	431.235,25	444.172,31	457.497,47			
3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	310.531,63	455.307,72	524.028,00	539.748,84	555.941,31	572.619,54			
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	6.009.352,18	8.525.649,96	6.067.242,00	6.249.259,26	6.436.737,03	6.629.839,15			



Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais
Anexo II - Despesas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA				ORÇADA		PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2024	2025	2026		
3.3.90.40.00	61.109,32	68.371,10	183.276,00	188.774,28		194.437,51	200.270,63		
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica									
3.3.90.46.00	748.200,00	994.612,50	1.147.006,00	1.181.416,18		1.216.858,67	1.253.364,43		
Auxílio - Alimentação									
3.3.90.47.00	418.156,31	566.405,18	631.540,00	650.486,20		670.000,79	690.100,81		
Obrigações Tributárias e Contributivas									
3.3.90.48.00	137.864,32	146.161,31	143.900,00	148.217,00		152.663,51	157.243,42		
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas									
3.3.90.91.00	36.417,09	204.566,90	56.000,00	57.680,00		59.410,40	61.192,71		
Sentenças Judiciais									
3.3.90.92.00	92.090,78	82.045,25	130.000,00	133.900,00		137.917,00	142.054,51		
Despesas de Exercícios Anteriores									
3.3.90.93.00	70.684,53	129.306,55	59.430,00	61.212,90		63.049,29	64.940,77		
Indenizações e Restituições									
3.3.90.98.00	6.333,93	7.483,78	75.000,00	77.250,00		79.567,50	81.954,53		
Compensações ao RGPS									
3.3.93.00.00	523.574,84	549.949,00	1.196.000,00	1.231.880,00		1.268.836,40	1.306.901,49		
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO COM CONSÓRCIO PÚBLICO									
3.3.93.39.00	523.574,84	549.949,00	1.196.000,00	1.231.880,00		1.268.836,40	1.306.901,49		
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica									
4.0.00.00.00	6.002.622,44	9.652.880,59	4.969.514,56	5.118.600,00		5.272.157,99	5.430.322,74		
DESPESAS DE CAPITAL									
4.4.00.00.00	5.066.124,10	9.556.884,12	4.708.960,98	4.850.229,81		4.995.736,70	5.145.608,81		
INVESTIMENTOS									
4.4.70.00.00	11.061,41	22.835,32	67.637,98	69.667,12		71.757,13	73.909,85		
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS									
4.4.71.00.00	11.061,41	22.835,32	67.637,98	69.667,12		71.757,13	73.909,85		
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS									
4.4.90.00.00	5.055.062,89	9.534.048,80	4.641.323,00	4.780.562,69		4.923.979,57	5.071.698,96		
APLICAÇÕES DIRETAS									
4.4.90.51.00	1.968.991,37	4.881.317,56	2.539.336,00	2.615.516,08		2.693.981,56	2.774.801,01		
Obras E Instalações									
4.4.90.52.00	3.086.071,32	4.652.731,24	2.101.987,00	2.165.046,61		2.229.998,01	2.296.897,95		
Equipamentos E Material Permanente									
4.5.00.00.00	850.000,00	0,00	150.000,00	154.500,00		159.135,00	163.909,05		
INVERSOES FINANCEIRAS									
4.5.90.00.00	850.000,00	0,00	150.000,00	154.500,00		159.135,00	163.909,05		
APLICAÇÕES DIRETAS									
4.5.90.61.00	850.000,00	0,00	150.000,00	154.500,00		159.135,00	163.909,05		
Aquisição De Imóveis									
4.6.00.00.00	86.498,34	95.996,47	110.553,58	113.870,19		117.286,29	120.804,88		
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA									
4.6.71.00.00	1.639,62	1.679,78	553,58	570,19		587,29	604,91		
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO									
4.6.71.70.00	1.639,62	1.679,78	553,58	570,19		587,29	604,91		
Rateio pela Participação em Consórcio Público									
4.6.90.00.00	84.858,72	94.316,69	110.000,00	113.300,00		116.699,00	120.199,97		
APLICAÇÕES DIRETAS									
4.6.90.71.00	84.858,72	94.316,69	110.000,00	113.300,00		116.699,00	120.199,97		
Principal Da Divida Contratual Resgatado									
9.0.00.00.00	0,00	0,00	604.400,00	622.532,00		641.207,96	660.444,20		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS									
9.9.00.00.00	0,00	0,00	604.400,00	622.532,00		641.207,96	660.444,20		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS									
9.9.99.00.00	0,00	0,00	604.400,00	622.532,00		641.207,96	660.444,20		
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS									
9.9.99.99.00	0,00	0,00	604.400,00	622.532,00		641.207,96	660.444,20		
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS									
TOTAL GERAL	40.415.213,70	55.603.462,65	52.000.000,00	53.560.000,00		55.166.800,00	56.827.804,00		

CARLOS ALBERTO MORAIS,
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIA LÚCIA MORAES E SILVA
Concladora 51.453

DANIELA MARRA DA SILVA
Controlador Interno



AMF - TABELA 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais
Demonstrativo I - Metas Anuais

Página: 1 de 1

EXERCÍCIO: - 2024

ESPECIFICAÇÃO	2024			2025			2026		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	53.560.000,00	52.000.000,00	0,006	55.166.800,00	52.000.000,00	0,006	56.821.804,00	52.000.000,00	0,006
Receita Primária (I)	51.843.411,29	50.333.409,01	0,006	53.398.713,63	50.333.409,02	0,006	55.000.675,04	50.333.409,02	0,006
Despesa Total	53.560.000,00	52.000.000,00	0,006	55.166.800,00	52.000.000,00	0,006	56.821.804,00	52.000.000,00	0,006
Despesa Primária (II)	53.409.049,81	51.853.446,41	0,006	55.011.321,31	51.853.446,42	0,006	56.661.660,95	51.853.446,42	0,006
Resultado Primária (III) = (I - II)	-1.565.638,52	-1.520.037,39	0,000	-1.612.607,68	-1.520.037,40	0,000	-1.660.985,91	-1.520.037,40	0,000
Resultado Nominal	-1.878.080,48	-1.823.379,10	0,000	-2.012.494,12	-1.896.968,72	0,000	-2.150.940,16	-1.968.414,94	0,000
Dívida Pública Consolidada	398.952,09	387.332,12	0,000	332.849,44	313.742,52	0,000	264.763,70	242.296,29	0,000
Dívida Consolidada Líquida	-17.139.777,36	-16.640.560,54	-0,002	-17.732.041,90	-16.714.150,15	-0,002	-18.342.074,37	-16.785.596,37	-0,002

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024		2025		2026	
	Valor Corrente / 1,0300	Valor Corrente / 1,0609	Valor Corrente / 1,0927	Valor Corrente / 1,0927	Valor Corrente / 1,0927	Valor Corrente / 1,0927
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação			3,00		3,00	
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares			890.212.980.000,00		934.723.630.000,00	
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:						
	2024	2025	2026			
	Valor Corrente / 1,0300	Valor Corrente / 1,0609	Valor Corrente / 1,0927			

CARLOS ALBERTO MORAIS
PREFEITO MUNICIPAL

FLÁVIA LÚCIA MORAES E SILVA
Contadora 51.453

DANIELA MBRÁ DA SILVA
Controlador Interno



Prefeitura Municipal de Brazópolis
Estado de Minas Gerais

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior


EXERCÍCIO: - 2024

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS			METAS REALIZADAS			VARIACIONES	
	2022	% PIB	% RCL	2022	% PIB	% RCL	VALOR	%
Receita Total	40.882.500,00	0,0053	116,5143	58.557.689,29	0,0076	166,8883	17.675.189,29	43,2341
Receita Primária (I)	38.967.750,00	0,0051	111,0573	56.036.577,17	0,0073	159,7031	17.068.827,17	43,8024
Despesa Total	40.882.499,99	0,0053	116,5143	55.603.462,65	0,0072	158,4688	14.720.962,66	36,0080
Despesa Primária (II)	40.488.537,98	0,0053	115,3915	55.468.893,62	0,0072	158,0852	14.980.355,64	36,9990
Resultado Primária (III) = (I - II)	-1.520.787,98	0,0000	-4,3342	567.683,55	0,0004	1,6179	2.088.471,53	-137,3283
Resultado Nominal	-361.929,22	0,0000	-1,0315	75.797,30	0,0000	0,2160	437.726,52	-120,9426
Dívida Pública Consolidada	461.012,00	0,0001	1,3139	-463.129,43	-0,0001	-1,3199	-924.141,43	-200,4593
Dívida Consolidada Líquida	-19.888.090,00	-0,0026	-56,6807	16.564.763,24	0,0021	47,2092	36.452.853,24	-183,2899


CARLOS ALBERTO MORAIS
PREFEITO MUNICIPAL


FLÁVIA LÚCIA MORAES E SILVA
Contadora 51.453


DANIELA MARIA DA SILVA
Controlador Interno